



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0011797-41.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Rogério de Oliveira Brito**  
 Requerido: **Erika Vaz Ferreira**

Proc. 1246/11

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

ROGÉRIO DE OLIVEIRA BRITO, já qualificado nos autos, moveu ação de indenização por dano moral, contra ERIKA VAZ PEREIRA, também já qualificada, alegando, em síntese, que:

a) trabalha como segurança em casa de shows localizada nesta cidade, denominada Banana Brasil.

b) em 22/07/2010, a suplicada em “aparente estado de embriaguez” (sic) e bastante exaltada quebrou copos, próximo ao palco da casa de shows.

c) o suplicante, na qualidade de segurança, solicitou a dois amigos da ré, que a acalmassem.

Como tal não aconteceu, pediu que ela o acompanhasse, com o intuito de retirá-la do local, para proteger não só a integridade física dela, mas, também, das demais pessoas que se encontravam no recinto.

A suplicada “agarrou” (sic) o paletó do autor e agrediu a unhas na nuca.

Outrossim, dirigiu ao suplicante, palavras injuriosas, tais como: “seu preto sujo. Preto filho-da-puta. No mundo não tem lugar pra preto. Tenho dinheiro, sou filha de delegado federal e não preciso de preto pra nada e, se você quiser levar isso adiante, você vai ver o que vai acontecer” (sic).

A polícia militar foi acionada, a requerida retirada do local e Boletim de Ocorrência a respeito lavrado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Outrossim, a situação ensejou processo crime que transcorreu pela 2ª. Vara Criminal local, no qual foi imposta à ré pena restritiva de direitos.

Alegando que a atitude da requerida feriu sua dignidade e lhe causou danos de ordem moral, protestou, por fim, o autor pela condenação da ré ao pagamento de indenização.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 17/46).

Regularmente citada, a ré contestou (fls. 52/57), alegando que:

- a) a casa de shows Banana Brasil deve ser denunciada da lide.
- b) é estudante e tem apenas 20 anos e não disse que é filha de delegado, pois seu, pai é comerciante, com mais de 65 anos, que vive com dificuldades.

Alegando que nada verdade, foi sua pessoa a lesionada e ofendida na casa de shows, protestou, por fim, a ré, pela improcedência da ação.

Doc. acompanhou a contestação (fls. 59).

A fls. 61/62, a ré reconviu requerendo a condenação do autor reconvindo ao pagamento de indenização, pois, como alegado na contestação à ação principal, a pretensão deduzida pelo suplicante foi insincera.

Réplica à contestação, a fls. 70/75.

Contestação à reconvenção, a fls. 77/84.

Em despacho fundamentado, proferido a fls. 30/33, este Juízo indeferiu a inicial da reconvenção, por inépcia, fundamentado no art. 295, inc. I e seu parágrafo único, incs. I e II, do CPC.

Outrossim, rejeitou o pedido de denunciação da lide a Banana Brasil.

Prejudicada a conciliação, as partes foram ouvidas em Juízo, nos termos do art. 342, do CPC (fls. 38 e fls. 39).

Saneado o feito (fls. 41/45), em audiência foram ouvidas testemunhas arroladas pelas partes (fls. 53; fls. 54; fls. 55).

Em sede de alegações finais, deduzidas por memoriais (fls. 57/61 e fls. 63/65), as partes teceram considerações sobre a prova produzida, ratificando, por fim, seus pronunciamentos anteriores.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É o relatório.

DECIDO.

1) De início, observo que o cartório laborou em equívoco, a partir de fls. 88.

Com efeito, ao invés de seguir a numeração em sequência, a serventia, a partir de fls. 88, retroagiu a numeração de folhas a partir de 02/07/2012, para 29.

Tão logo este feito baixe, o cartório deverá corrigir a numeração de folhas.

2) Fls. 52: Denego os benefícios da Justiça Gratuita à requerida.

Com efeito, a suplicada contratou advogado o que, por si só, como já assentado em iterativa jurisprudência, é forte indicativo de que não se amolda ao perfil dos desfavorecidos a quem pretende socorrer a Lei no. 1.060/50, pois como regra, as partes hipossuficientes são patrocinadas pela Defensoria Pública Estadual ou por patrono nomeado nos termos do convênio PGE/0AB.

Mas não é só.

Realmente, nada há nos autos a indicar, séria e concludentemente, que a ré não tenha condições de suportar as custas da demanda.

Portanto, razão não existe para que se lhe conceda os benefícios da Justiça Gratuita.

A leitura do parágrafo primeiro, do art. 4º., da Lei 1.060/50, permite a conclusão de que a condição de pobreza da parte, firmada em declaração, não passa de mera presunção que poderá ser elidida, mediante cuidadosa análise do caso concreto.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não por outra razão, iterativa jurisprudência vem se manifestando no sentido de que a juntada de mera declaração de pobreza nos autos, não é suficiente para que se caracterize a condição de miserabilidade necessária para que a interessada faça jus ao benefício da assistência judiciária.

Realmente, segundo dispositivo contido no LXXIV, do artigo 57, da Constituição Federal, "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Destarte, a conclusão que se impõe, do texto da Lei Maior, em ordem hierárquica, em nível superior à Lei 1060/50, é a de que a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, só é possível desde que o interessado apresente documentos que demonstrem satisfatoriamente, a precariedade de sua situação financeira.

Nunca é demais lembrar, que o Juiz, como bem acentuado pelo Colendo STJ, poderá negar a pretensão relativa aos benefícios da Justiça Gratuita, independentemente de provocação da parte contrária. A propósito, segue jurisprudência uniforme do Colendo STJ, exemplificada no Resp. n. 465.966/RS, relatora a Ministra Eliana Calmon, in D.J. de 08/03/2004:

**"PROCESSO CIVIL - GRATUIDADE DA JUSTIÇA 1. A presunção contida no art. 4o da Lei 1.060/50, quanto à declaração de pobreza, dispensa o requerente de comprovação.**

**2. Possibilidade de exigir-se prova quando assim o entender o magistrado, ou quando houver impugnação da parte contrária.**

**3. O juiz pode, de ofício, exigir comprovação, se não se satisfez com a mera afirmação.**

**4. Recurso especial provido."**

Isto posto, e não tendo a ré demonstrado séria e concludentemente que não tem condições de arcar com as custas do feito, denego o pedido de concessão dos benefícios da Justiça Gratuita.

3) No mérito, propriamente dito, breves considerações devem ser efetuadas.

Restou incontroverso, que o autor, funcionário de casa noturna,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

frequentada pela ré, a retirou do local, porque ela quebrou copos que estavam sobre o palco, onde uma dupla ou cantor sertanejo se apresentava.

Outrossim, incontroverso restou que a ré, no dia e local apontados na inicial, havia ingerido bebida alcoólica e, segundo a testemunha Thiago, por ela arrolada, “estava brincando com o cantor que estava se apresentando” (sic – fls. 54).

Acrescentou Thiago que acredita que ela “estava incomodando” (sic – fls. 54) e que o segurança “a pegou pelo braço e a retirou do local” (sic). Prosseguindo, observou que “agredir, agredir mesmo, o segurança não a agrediu. Ele foi levando ela e ela pedindo para que ele a soltasse” (sic).

Confirmou Thiago que posteriormente acompanhou a suplicada até a Santa Casa porque ela estava machucada e pelo que se recorda, “parecia que ela tinha caído” (sic – fls. 54vo.).

A testemunha Kelly, que na ocasião dos fatos, trabalhava na casa noturna, afirmou que a ré, visivelmente embriagada, deu chutes “na canela do Rogério” (sic) e o arranhou, além de tê-lo chamado de “macaco” e “preto sujo” (sic), fato confirmado pela testemunha João Donizete (fls. 53).

Não bastasse isso, “se jogou no chão, rolava e dizia, agora sim, que vou te ferrar” (sic).

Tal observação guarda ressonância com o que foi dito por Thiago acerca do ferimento da ré: “parecia que ela tinha caído”.

Ante todo o exposto, forçoso convir que a prova testemunhal é suficiente para demonstrar o ato ilícito cometido pela ré.

De fato, os depoimentos guardam ressonância e são consistentes e coerentes a apontar que a ré efetivamente ofendeu em demasia o autor.

Com efeito, palavras de baixo calão ditas em estado de embriaguez seguidas de agressão física extravasam os limites admitidos a todo e qualquer frequentador de casa noturna.

Bem por isso, claro está que o autor sofreu, sim, dano moral consubstanciado na situação de constrangimento a que foi submetido pela suplicada em seu local de trabalho.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ressalte-se que a comprovação do dano, in casu, é desnecessária por tratar-se de hipótese em que a sua presunção é imediata, na medida em que é inegável que alguém insultado por palavras desonrosas e agredido, sofre abalo psicológico, ainda que seja segurança, dotado de força física e acostumado a entreveros em casas noturnas.

Nesse sentido, iterativa jurisprudência. A propósito, veja-se:

"INDENIZAÇÃO - DANO MORAL - Ato ilícito configurado - Uma vez que as palavras se mostrem ofensivas, alcançando a auto-estima e provocando constrangimentos no meio social ou profissional, posto que atingidas a dignidade e a reputação de alguém, mesmo ausente o prejuízo material, impor-se-ia a indenização por dano moral - Ação procedente - Recurso do requerido provido em parte e improvido o dos autores" (TJ/SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação Cível n. 569 679-4/2-00, Relator Des. Beretta da Silveira, j. 24/06/2008).

Ante todo o exposto, a procedência da ação, para que a ré seja condenada a pagar ao autor indenização pelos danos morais que lhe infligiu, é medida que se impõe.

Em outras palavras, tendo restado demonstrado em linha de desdobramento causal, que a ré foi a responsável pelos danos sofridos pelo autor, a condenação daquela ao pagamento de indenização, ex vi do que dispõe o art. 186, do CC em vigor, é de rigor.

Assentado o dever de indenizar da ré, cabe a este Juízo fixar o valor da indenização.

A indenização por dano moral, segundo julgado publicado em JTJ LEX 142/95, mencionado por Rui Stoco, em Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial - pg. 405, deve ser arbitrada, pois, "nada dispondo a lei a respeito, não há critérios objetivos para cálculo e esse dano nada tem com as repercussões econômicas do ilícito."

É certo que na hipótese, a indenização, além do aspecto punitivo, deve propiciar ao prejudicado uma satisfação que atenuie a ofensa causada, sem, entretanto, lhe possibilitar enriquecimento, ou mudança substancial de padrão de vida.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Realmente, não é esse o sentido da indenização por danos morais.

O que se pretende com a indenização é a reparação do dano originado no agravo que produz dor psíquica, abalo do sistema nervoso, depressão, vergonha, que ferem a dignidade da pessoa.

Isto posto, entendo razoável, in casu, a fixação da indenização, em 05 (cinco) salários mínimos – valor federal (quantia hoje correspondente a R\$ 3.620,00).

Nos termos da Súmula 326 do STJ, a indenização ora fixada deve ser corrigida a partir da data da publicação desta sentença.

Os juros de mora incidirão a partir da citação.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo procedente** a ação.

Em consequência, e fundamentado no art. 5º, inc. X, da CF e art. 186, do CC, em vigor, condeno a ré a pagar ao autor, indenização por danos morais, que fixo em R\$ 3.620,00.

O montante da indenização (R\$ 3.620,00), nos termos da Súmula 326 do STJ, deve ser corrigido a partir da data da publicação desta sentença.

Os juros de mora incidirão a partir da citação.

Condeno a ré ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 20% do valor da condenação.

Proceda o cartório a correção das páginas do feito, tal como determinado no item da fundamentação desta.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 22 de maio de 2014.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**